

MUSEU DA PESSOA



Museu da Pessoa

Uma história pode mudar seu jeito de ver o mundo.

Memória da Convenção da Diversidade Biológica (BIO)

Transformando caviar em pão

História de [Cristina Maria do Amaral Azevedo](#)

Autor: [Museu da Pessoa](#)

Publicado em 00/00/0000

Memória da Convenção da Diversidade Biológica e Protocolo de Cartagena e da Convenção sobre Mudança do Clima e protocolo de Kyoto

Coordenação: Stela Tredice

Depoimento de: Cristina Maria do Amaral Azevedo

Entrevistado por: Stela Tredice e César Borges

São Paulo, 17 de fevereiro de 2006

Realização Instituto Museu da Pessoa

Entrevista n.º BIO_HV004

Transcrito por: Michelle de Oliveira Alencar

Revisado por: Thiago Majolo

2º Revisão: Nataniel Torres

P/1 - Stela Tredice

P/2 - César Borges

P/1 - Cristina, eu queria que você começasse falando o seu nome completo, local e data de nascimento.

R - Tá. Então, o meu nome completo é Cristina Maria do Amaral Azevedo. Eu nasci em São João da Boa Vista, interior de São Paulo, em 23 de julho de 1960.

P/1 - Tá. E o nome dos seus pais qual é?

R - Meu pai é Eurico de Andrade Azevedo e minha mãe é Lilia do Amaral Azevedo.

P/1 - Você se lembra dos seus avós?

R - Lembro dos meus avós paternos. É Araci Andrade de Azevedo e Domingos Teodoro de Azevedo. E dos meus avós maternos, Afrânio do Amaral e Lucia do Amaral.

P/1 - E o que que eles faziam, os seus avós?

R - O meu avô paterno era advogado e minha avó paterna era dona de casa e depois sitiante, tocou a fazenda quando o meu avô morreu. E os meus avós maternos, o meu avô era médico e filólogo e biólogo, era o Afrânio do Amaral, foi diretor do Butantã aqui em São Paulo e a minha avó era dona de casa.

P/1 - E os seus pais, o que os seus pais...

R - O meu pai era advogado, seguiu carreira no Ministério Público. Minha mãe é tradutora e intérprete e sempre trabalhou com solidariedade,

ajuda humanitária, enfim, nessa área.

P/1 - E você tem irmãos, irmãs, o que que eles fazem?

R - Tenho duas irmãs e um irmão, eu sou a caçula. A minha irmã mais velha é psicóloga, a segunda é antropóloga, o meu irmão é artista gráfico e eu que sou bióloga. (risos)

P/1 - E o seu nome, o seu sobrenome: Amaral Azevedo, qual que é a origem desse sobrenome, você sabe?

R - É portuguesa com certeza. (risos) Mas, enfim, o Amaral e Azevedo são de Portugal, mas assim, se for além tem escocês também, o pai da minha mãe é da Escócia.

P/1 - Fala um pouquinho da sua infância em São João da Boa Vista, como é que era?

R - Então, eu só nasci em São João, mas eu só nasci lá porque a minha... tava de férias, porque a gente sempre passou férias lá, até hoje eu passo férias lá. Eu nasci em julho, então, a gente tava de férias, nunca morei em São João. Mas, enfim, a infância lá eram quase três meses porque era sempre julho e dezembro, janeiro no mínimo. E era uma delícia que a gente jogava queimada na rua, ia pro sítio bastante também, tomava leite da vaca tirado na hora, colhia milho, subia na mangueira, tinha medo da cobra. (risos)

P/1 - Mas você cresceu aonde, então?

R - No comecinho da vida em São Carlos, meu pai era promotor público lá. Depois, 1962 a gente já veio pra São Paulo e eu cresci grande parte da infância eu passei na rua Bela Cintra, num casarão que ainda tá de pé lá, na Bela Cintra perto da Matias Aires, andando de carrinho de rolimã na Matias Aires, por incrível que pareça. E depois fui morar lá perto da Faria Lima. Eu cresci em São Paulo de 1962 até quatro anos atrás, até 2002 morei em São Paulo.

P/1 - E como é que era o cotidiano da sua casa, o que que você lembra, o que mais te marcou no cotidiano durante a sua infância?

R - Morar na casa que eu morei em São Paulo era uma maravilha, era um privilégio, que era uma casa super grande, um quintal enorme, então, por exemplo, eu me lembro que quando criança eu e meu irmão, a gente tinha uma criação de "tatu bolinha" no quintal, e tinha uma cidade de "tatu bolinha" que a gente fazia, e a gente andava de carrinho de rolimã todo dia, e a única preocupação da minha mãe era a gente não atravessar a rua Augusta por causa do trólebus que podia atropelar a gente, que hoje quando você passa lá você fala "como é que alguém andou de carrinho de rolimã aqui, né?" E das idas pra São João, né. A gente era uma família grande. Seis. Então, meu pai tinha um Opala, a gente ia pra São João, que era uma viagem, acho que durava umas quase cinco horas e era assim, uma farrá. A gente tem boas lembranças da infância, assim.

P/1 - E você começou os seus estudos onde? Que escola? O que que mais te marcou também nesse período escolar?

R - Eu comecei a pré-escola, eu fiz no Externato Ofélia Fonseca. Eu acho que ainda existe. E eu odiei, odiava aquela escola, fiquei só um ano, chorava demais, tal. Aí minha mãe e meu pai me puseram numa escola, acho que uma das primeiras escolas alternativas, assim, de São Paulo, era Escola Vocacional Luis Antônio Machado e eu adorei essa escola, fiz todo o primário, antigo primário, né, lá. E depois fui pro Ginásio Estadual, bem legal também, Fidelino de Figueiredo, perto da Albuquerque Lins com a São João. Bem legal. Lembro de vários professores, assim, naquela época, e depois fui pro Colégio Equipe, fiz o segundo grau no Equipe que também é bem legal. Tem uma turma, que a gente se vê até hoje, é bem gostoso.

P/1 - Fala um pouquinho da sua turma, o que que vocês faziam, como que vocês se divertiam na época do Equipe?

R - Bom, na época em que eu estudei no Equipe era aquela efervescência cultural da década de 1970. Então, tinha o Serginho Groisman, era do Centro Cultural Equipe, todo fim de semana tinha um show dentro da escola que a gente ajudava a organizar, então, tinha Clementina de Jesus, Novos Baianos, o... né o Sivuca... Como que chama o outro percussionista?

P/1 - O Hermeto.

R - O Hermeto que quando começava a tocar não parava, e a gente tinha que sair do colégio, ficava na escadaria da igreja do lado do colégio até de madrugada porque ele não parava o show e tal. Então, tenho lembranças super boas, assim, dessa época. A gente não estudava muito de verdade (risos), mas a gente tinha uma turma muito legal. E alguns professores também marcaram muito. Eu comecei a gostar da biologia lá com o professor Maurício, que faleceu há poucos anos atrás, e ainda me lembro do Gilson Pedro, que era um professor de artes muito legal, super criativo. Enfim, o Equipe acho que foi um marco, e a gente às vezes se encontra alguém depois de muitos anos e fala assim: "você estudou no Equipe, né?" Como se ficasse uma marca mesmo. Foi uma época muito boa.

P/1 - E o que que te marcou essas aulas de biologia do professor Maurício, ele já abordava, era falado a questão do meio ambiente? Como que era tratado nessa época?

R - Não, não era, não tinha nada assim, dessa preocupação com meio ambiente, com sustentabilidade, mas eu comecei a gostar da biologia mesmo. As aulas do Maurício de genética, que muita gente odiava, eu achava muito legal. E eu lembro uma vez – que a gente viajava muito nessa época de carona, ainda dava pra viajar de carona – e tinha uma época que a gente queria, tinha umas férias que a gente queria sair mais cedo, acho que em dezembro, pra pegar o Vapor de São Francisco, alguma coisa assim, e precisava fazer as provas antes, daí no Equipe era impossível você chegar pro professor e falar “eu preciso fazer a prova antes que eu quero pegar o Vapor do São Francisco”. E o Maurício falou, “tudo bem, mas a prova tem que ser oral”. E aí todo mundo ficou com medo eu falei: “não!” E aí foi a melhor aula de biologia que eu já tive na vida porque a prova na verdade foi como a gente tá tendo aqui, foi uma conversa. E aí eu fiquei apaixonada, assim, pelo assunto, pelo jeito como ele conduzia e fazia a gente pensar. Então, não era bem a questão ambiental que estava colocada, mas a questão mesmo da biologia, a relação dos seres vivos com o ambiente e tal, mas não uma preocupação ainda com a sustentabilidade.

P/1 - E durante essas viagens que vocês faziam teve algum fato que também te despertou pra isso que seria no futuro a sua carreira profissional?

R - Não teve assim um fato. Teve o fato de conhecer um monte de regiões diferentes do Brasil, com realidades diferentes e, enfim, algumas... essas primeiras viagens que a gente fez na época do colégio, acho que a gente ainda era muito “porra louca”, realmente não lembro de ter tido um insight, assim, “ah, vou fazer biologia por causa disso”, porque a gente tava mesmo era curtindo, né? Mas no final, antes de ir pra faculdade, fiz uma viagem bem grande pro Amazonas, de carona também, e nessa viagem que eu desci o rio Madeira, aí teve uma hora que eu falei assim “não, aqui eu queria voltar, mas a trabalho”. Mas também não sabia bem o que era esse “a trabalho”, podia ser antropologia, podia ser medicina, podia ser qualquer coisa, mas eu tinha a sensação que gostaria de atuar na área, na região, mais de perto. E isso ficou. Na época ainda não tinha escolhido o que que ia fazer exatamente, e depois quando eu voltei agora mais recentemente, lembrei dessa história, falei: “ah, voltei pro mesmo lugar a trabalho!” (risos) Então, foi bem legal ter conseguido fechar o circuito.

P/1 - Com certeza, olha. E o seu primeiro trabalho, já que você está falando “a trabalho”, mesmo que não tenha sido ligado ao que é o seu trabalho, a sua área de atuação atualmente. Você se lembra qual foi?

R - Foi o de office girl, (risos), meu primeiro trabalho eu trabalhei muito aqui no Centro, de pagar conta e ficar na fila desses bancos, enfim, (risos) eu andei muito por aqui. E ele, na verdade, não tinha nada a ver com o que eu trabalho hoje, mas foi por meio desse trabalho que eu conheci uma pessoa que me trouxe, que me levou pra biologia, né? Então, a mãe do meu patrão na época era uma bióloga, na verdade é uma historiadora natural, e ela... eu já tinha esse gosto, mas eu tava ainda sem saber muito pra onde que ir, como é que eu ia fazer, como é que eu ia começar. E aí ela me chamou pra trabalhar junto com ela e foi muito legal porque ela, realmente, é uma pessoa formidável, em termos de energia, de garra pra trabalhar e ama essa área ambiental. Então, comecei a trabalhar com ela, aí parei de ser office girl, aliás eu já não era mais, eu já tinha subido pra assessoria de gerente administrativa (risos). E aí comecei a trabalhar com ela... que era... ela na época era professora do segundo grau, no Galileu Galilei, e aí eu ajudava ela principalmente com as viagens de estudo do meio, que na época era raro hoje virou arroz com feijão, né? Mas só eram poucas escolas que levavam o pessoal pra o Pantanal, pra Juréia, pra Ilha do Cardoso, e aí a gente... eu ia junto, ajudava a fazer os roteiros, era muito, foi muito importante, foi o começo mesmo.

P/1 - E isso antes de você entrar na faculdade?

R - Isso logo no começo da faculdade, tinha acabado de entrar. Eu demorei pra entrar. Eu saí do colégio e passei três anos e meio, assim, só trabalhando sem saber direito se eu ia pra biologia, se eu ia pra veterinária, se eu ia fazer ecologia em Rio Claro, que era uma faculdade recém-criada, ou se eu ia pra oceanografia, tava mais... Tava muito na dúvida. Então, enfim, aí ela que me deu um norte, trabalhar com ela que me deu um norte bem legal.

P/1 - E qual a experiência que você tirou dessa época, dessas viagens, de levar as escolas, teve alguma que te marcou em especial?

R - Olha, teve um caso, uma história que me marcou bastante, que como eu tinha viajado muito pelo Brasil sozinha, só com os amigos, quando a gente levava, percebia que os adolescentes naquela ocasião eram muito folgados, porque como eles estavam indo com a gente, eles eram completamente relaxados, tinha gente que levava sete malas para o Pantanal, entendeu? Teve uma vez que o ônibus que a gente tava furo, pela segunda vez, o pneu, então, não tinha mais nenhum estepe e a gente tava no meio do Pantanal, sem cidade nenhuma, com pouquíssima água potável e o motorista ia a pé até Corumbá, ou seja, mais ou menos uns 15 quilômetros pra ver se achava alguém pra nos resgatar, e aí eu vi uma menina lá lavando, com a pouquíssima água potável, o tupperware, porque ela tinha feito um patê de atum e ela ia fazer um de frango e não podia misturar e eu falava assim “esse pessoal não tem noção, né, não tem noção!” Era uma coisa muito diferente, assim. Daí eu lembro que fiz um discurso inflamado (risos) de que eles não tinham noção, que se eles queriam então era melhor pegar uma mochila e ir sozinho porque essa coisa do coletivo, de você entender um pouco o limite onde você tá, como você tá, perceber o risco que a gente tava passando, né, as pessoas eram muito, era um pessoal muito mimado, muito despreparado pra vida. Então, percebi que essas viagens, esses trabalhos que a Nice fazia ajudavam não só a conhecer o ambiente, mas as pessoas se conhecerem, crescerem, ficarem longe dos pais. Era uma coisa bem legal.

P/1 - E na faculdade, você tava falando que você entrou na faculdade, né? Fala um pouquinho desse momento, da entrada na faculdade, enfim, o curso propriamente dito, a especialização que você buscou?

R - Então, a faculdade em si, o curso de graduação não achei super legal, não gostei muitíssimo. Eu resolvi fazer biologia na USP, então, demorei pra entrar porque resolvi que tinha que ser lá, então só fazia lá. E entrei a noite, porque eu trabalhava o dia todo, então, eu sempre tava meio cansada. Eu não tive, não fiz uma turma como no colégio, inclusive como demorei pra entrar, era a mais velha. Tinha muita moçada e eu já tinha 20 e poucos anos. Mas teve algumas disciplinas que eu gostei muito, alguns professores que tive um relacionamento muito legal. Tem o pessoal da botânica que até hoje... tem a minha professora, a Vanusa, que eu encontro, e ela me reconhece, a gente marcou um vínculo grande. O professor de ecologia, o Leopoldo Coutinho, trabalhava com ecologia do Cerrado, o Valdir Mantovani, é o pessoal da ecologia, da botânica, tive um

vínculo grande por conta até mais do meu interesse mesmo. E outras disciplinas que eu achei que ia adorar, tipo genética (risos), eu nem gostei tanto assim na faculdade, nem me chamou tanto a atenção. Engraçado, né? Porque como o professor Maurício do colégio mostrou uma genética que eu fiquei apaixonada, mas na faculdade eu me interessei muito mais pela ecologia.

P/1 - E o que você... Qual o caminho dentro da biologia que você fez, qual a especialização que você fez, então?

R - Então, na verdade eu não fiz muita especialização. No curso de conclusão, fiz educação ambiental, porque justamente o trabalho que eu fazia com a Nice tava muito pra essa linha, né, e eu fiz sob orientação da Myriam Krasilchik. Na época era a pessoa que falava de educação ambiental dentro do meio acadêmico, né? Mas aí eu fiz, mas não achei que era por aí. Aí comecei a fazer um estágio no IPT, parei de trabalhar porque se não eu achei que não ia conseguir acabar a faculdade, tava muito cansada. Fiz um estágio no IPT, que é o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, e lá, trabalhei numa equipe exclusivamente masculina de geólogos. Foi uma experiência super interessante trabalhar com gente de outra área. E a gente ia pra Serra do Mar, trabalhava no campo, aí eu falei assim: "ah, é isso que eu gosto!" E aí, de lá, fui pra CETESB trabalhar com uma equipe que, junto com o pessoal do IPT, fazia a mesma coisa, que era trabalhar com estabilidades das encostas da Serra do Mar. E aí saquei que o que eu gostava era trabalhar muito com gente de outras áreas, que na CETESB também trabalhava numa equipe que tinha geólogos, geógrafo, bioquímico, engenheiro florestal, engenheiro agrônomo, era uma equipe multidisciplinar e eu saquei que era isso, era essa troca de experiência que eu gostava. E aí optei por não fazer uma especialização na biologia, fiquei, tava na dúvida se eu fazia alguma coisa na ecologia e quando abriu na USP o curso de ciência ambiental, de pós-graduação em ciência ambiental - primeiro, acho que foi em 1990 que abriu - aí eu fiquei na dúvida, fui conversar com alguns professores de ecologia, vários falaram: "não, besteira, esses cursos novos não tem futuro, faz aqui, não sei o que". Mas eu resolvi arriscar e entrei, e aí entrei. Fui a primeira turma desse mestrado e aí foi bem legal porque o meu orientador era da economia, o co-orientador da ecologia, e aí eu fiz um trabalho nessa interface. Achei bem interessante. Então, eu acabei optando por não me especializar na biologia, não ter uma especialização nessa área. Acabei indo mais pra área ambiental mesmo, que cruza várias profissões, especialidades, né?

P/1 - E um pouquinho da sua experiência na Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, o que que você fazia, qual era a sua área de atuação?

R - Então, sou funcionária da CETESB até hoje. Quando o Fábio Feldman entrou como secretário, ele criou um programa estadual para o Joly da Unicamp, e o Joly tinha que montar uma equipe, aí ele chamou uma pessoa que trabalhava comigo na CETESB, que é o Marcos Aidar, que me chamou, a mim e a uma colega que é a Renata. E na época achei super interessante porque já tava há um tempo na CETESB trabalhando com a recuperação da Serra do Mar com aquele replantio - eu não sei se vocês lembram, mas teve aquela stapelias que jogaram pra reflorestar a Serra do Mar - mas eu trabalhei nesse projeto, e depois tava trabalhando com bioindicador de poluição atmosférica, uma seleção de espécies que podiam ser colocadas em volta das fábricas em São Paulo pra ver, dependendo dos sintomas dessas plantas, se tava poluindo ou não tava. Mas era meio, assim, deprimente porque você trabalhava muito com a agenda marrom, cinza, preta, porque era assim muita poluição, você ia pra lugar muito feio. (risos) Aí quando veio essa coisa do programa de biodiversidade e tal, eu achei bem legal. E, enfim, aí topei fazer parte do PROBIO, aí a CETESB me cedeu pra Secretaria do Meio Ambiente e aí a gente começou o PROBIO que era uma coisa, assim, super inovadora, pouquíssima gente na época sabia o que era a Convenção sobre a Diversidade Biológica no Brasil, ainda mais a nível estadual, que a idéia do então Secretário era justamente implementar as Convenções Ambientais a nível estadual. Então, a gente ia pra todos os órgãos do meio ambiente também no interior e tal falando o que que era, porque era importante, como era transversal. Então, foi um desafio bem grande, mas foi uma experiência muito, muito interessante.

P/1 - Quando você fala "na época", só pra...

R - Que época? Eu sou péssima pra data.

P/1 - Mais ou menos, anos assim

R - Ah, deixa eu pensar um pouquinho porque 2000... 90... Acho que foi 1995, é 1996, 1997, 1998, por aí... É, eu acho que foi 1995 a 1998 o PROBIO.

P/1 - Quando você começou você fala?

R - É o PROBIO começou em 1995.

P/1 - E que você começou a atuar na área de Convenção, da Convenção também..

R - Isso.

P/1 - Da Convenção foi também..

R - Isso, foi essa época, é. Eu mesma não conhecia profundamente a Convenção sobre Diversidade Biológica, o contato que eu tinha com o assunto era um contato meio por um outro caminho, porque nessa época foi alterado também a Lei de Patentes do Brasil e houve toda uma discussão sobre poder patentear ou não seres vivos, e isso me interessou demais e foi feito um, foi organizado pelo pessoal da Unicamp o Fórum pela Liberdade do Conhecimento na época, e aí eu comecei a acompanhar as discussões e tal e aí, por essa turma, que não era uma turma nem do meu trabalho nem da academia, era uma outra turma que eu comecei a acompanhar, que eu conheci a Convenção sobre a Diversidade Biológica, toda essa discussão ética sobre patentear ou não seres vivos, enfim, então quando veio o convite a coisa também me pegou muito por aí porque era um assunto que eu tava acompanhando mais por iniciativa própria, não por trabalho nem por estudo, né?

P/1 - E o que que ela representa? O que que a Convenção representa pra você, especial assim?

R - Acho que um compromisso de muitos, acho que quase todos os países do planeta, com a conservação e a possibilidade de dar pras futuras gerações a opção de querer ou não visitar uma Mata Atlântica, conhecer o Pantanal, tomar uma água pura. Acho que é isso, esse compromisso dos países. Por isso que é tão difícil ver os Estados Unidos fora desse compromisso. Uma coisa tão... não dá pra entender cada vez... Aliás, dá pra entender, mas é muito complicado ter os Estados Unidos fora desse compromisso, né?

P/1 - E você disse que chegou a trabalhar, você teve uma atuação no PROBIO no sentido de ir levar isso e explicar o que se tratava. Onde você especificamente, com quem você falava a respeito e qual o retorno que você sentia em relação a essa questão?

R - No começo parecia que você tava falando grego. Em alguns lugares parecia que você tava levando caviar pra quem tava faltando o pão. Então assim, a gente ia pro interior, a gente... Uma coisa interessante que a gente fez, mais até do que levar o assunto, foi promover no interior de São Paulo o encontro de vários órgãos públicos estaduais que nunca tinham sentado pra conversar, então, a gente ia, sei lá, Campinas, Rio Claro, Ribeirão Preto, aí você juntava o pessoal da CETESB, o pessoal do DEPRN que é o Departamento de Proteção dos Recursos Naturais, vários órgãos que atuavam no meio ambiente nunca tinham sentado pra falar “ah, nossa a gente tem uma ação muito próxima vamos fazer juntos”. Mais do que ter conseguido sensibilizá-los pra conservação da biodiversidade, acho que a gente provocou uma sinergia que eu não sei se perdurou ou não, mas na época foi bem legal, porque assim, o maior retorno era o pessoal comentar, “nossa, se vocês não tivessem vindo aqui, a gente nunca teria sentado junto!” Isso foi bem legal. E algumas, acho que o público mais interessado foi um pessoal de universidade, foram os estudantes. Então, nós fomos chamados por várias universidades pra dar palestra, aí acho que o pessoal tava mais sedento, o pessoal que trabalha na ponta, tipo CETESB, DEPRN é nossa, agora eu sei porque eu tô na ponta quando você vem com assuntos muito gerais de política e tal. Não era isso, não é isso que o pessoal tá precisando, o pessoal tá precisando de gasolina pra carro, enfim, de fechar a fábrica que tá poluindo. Na época, acho que o discurso estava um pouco distante.

P/1 - E na sua opinião, o que você acha que é necessário para que a Convenção seja praticada pelos países, seja efetiva, que realmente países como Estados Unidos, Índia, China, que também não fazem parte do Protocolo, que reconheçam que é preciso preservar, não é, um bem de todos. Pra você, o que é preciso pra que isso se torne efetivo mesmo?

R - Eu acho que a gente tem que aproximar o discurso da população, transformar esse caviar em pão, e acho que agora depois de tanto... comecei a trabalhar com isso em 1997, 1998, então são quase 10 anos, acho que agora consigo entender melhor como se transforma esse discurso, e entender que na verdade é pão só que a gente precisa saber mostrar, né? Eu acho que se a população entender isso, ela consegue cobrar a implementação das políticas públicas dos governos. E assim, a China e a Índia são parte da Convenção, não são do Protocolo, mas da Convenção sobre Diversidade. Só os Estados Unidos que não é. E eu acho que se todos os países pressionarem cada vez mais, acho que os Estados Unidos vai começar a sofrer uma pressão grande mesmo, não só por conta dos, de não aderir a tratados internacionais de meio ambiente, por conta de direitos humanos, talvez os eleitores norte-americanos consigam eleger um presidente mais sensível, e congressistas mais sensíveis, porque na verdade eles assinaram a Convenção, mas não ratificaram, tá na mão do Congresso norte-americano agora.

P/1 - E essa... levar essa informação pra população pra que ela possa pressionar, você acredita que seja como, por meio da educação ambiental ou tem alguma outra forma que dentro da sua experiência profissional você já tenha constatado como eficiente?

R - Na verdade a população, falando mais da população rural do que da urbana, porque agora nesses últimos anos eu estou trabalhando muito mais com a população rural, eles estão imersos na biodiversidade e eles conhecem muito a biodiversidade e sabem muito da importância, muito mais até do que a gente, né? E aí o que falta é só mostrar pra eles que já existem leis, que já existem as políticas e que eles tem que pressionar pra que a coisa seja implementada. A gente tem trabalhado muito com as raizeiras do Cerrado que trabalham com a biodiversidade, transformando a biodiversidade em medicamentos porque eles não têm acesso a saúde, dificilmente conseguem ter próximo um bom hospital, um médico tal. Tem as parteiras, as benzedeiras, as raizeiras que dão conta da saúde, em muitos lugares desse Brasil imenso. Então, eles conhecem muito a importância da biodiversidade eles só não sabem como pedir pro governo, o que pedir pro governo, que pedaço do governo pedir pra ajudá-los a conservar o Cerrado, né? Então, às vezes eles são presos por prática ilegal da medicina, e você vê coisas bárbaras no sentido terrível acontecendo sem eles entenderem que poderiam atuar – não é atuar – eles poderiam acionar outros setores do governo pra dialogar com o pessoal da saúde, pra ANVISA não ir em cima desse pessoal, pra conseguir dar uma melhorada num medicamento, pro medicamento poder ser aceito pela ANVISA e eles poderem aplicar esse medicamento sem serem acusados de prática ilegal da medicina. Então, é na verdade a coisa já tá lá, só falta um pouco de informação sobre cidadania, acho que é até isso, eu não tenho levado coisas sobre biodiversidade, tenho aprendido com eles, o que a gente tem levado é informação de como exercer a cidadania, quais são os canais pra exercer a cidadania.

P/1 - Qual que é o seu envolvimento, existe um projeto, sobre essas raizeiras, eu lembro de ter lido já algum projeto...

R - Tem um, é super interessante esse trabalho, é da Rede Pacari, é uma ONG, na verdade é uma rede de ONGs, e eles estão fazendo um trabalho, a gente tá dando uma assessoria pra eles. Eles estão fazendo um trabalho que chama: “Construindo a Farmacopéia Popular do Cerrado”. Então, eles estão resgatando todos os conhecimentos tradicionais que são associados à biodiversidade, e eu tô trabalhando hoje com isso, pra sistematizar numa farmacopéia justamente pra daí, o Ministério da Saúde, a ANVISA, reconhecer que aquele conhecimento tradicional, de certa forma, valida a prática, não precisa fazer teste pré-clínico como a gente faz, como a gente não, mas como as indústrias farmacêuticas fazem, né? Então, só o uso tradicional por gerações daquele xarope, daquele medicamento poderiam tá validando. E isso tá acontecendo. Então, agora tem a política nacional de fitoterápicos tradicionais, a ANVISA tá revendo normas, essa onda tá virando uma onda forte, que eu acho que vai conseguir realmente mudar alguma política e eles vão poder exercer essa medicina tradicional sem tanto problema.

P/1 - E você disse que você faz parte desse projeto, mas qual é...

R - Exatamente.

P/1 - ...exatamente a sua atuação?

R - Porque eu tô desde 2002 que eu fui... Então, a gente tava falando de trabalho, eu tava na Secretaria do Meio Ambiente no PROBIO. Aí depois o PROBIO, enfim, quando o secretário Fábio saiu, vários programas que ele tinha criado deixaram de existir, aí por volta de 2001 – acho que foi 2001 – o Bráulio Dias, que é o do Ministério do Meio Ambiente e trabalha bastante com biodiversidade, tava montando um departamento novo que chamava Departamento do Patrimônio Genético pra implementar um pedaço da Convenção sobre Diversidade Biológica a nível nacional e não tinha ninguém que entendesse muito dessa parte de acesso a recursos genéticos, proteção do conhecimento tradicional, que foi a área que eu fiquei na Secretaria do Meio Ambiente como responsável. Ele me chamou pra ir pra lá. Eu tô cedida, ainda sou funcionária daqui de São Paulo, tô cedida lá pro Ministério e a minha função lá é ser, eu sou coordenadora técnica e pela legislação nacional que internalizou a Convenção no país os conhecimentos tradicionais estão protegidos por lei, isso significa mais ou menos assim: se uma raizeira usa um xampu, produz um xampu lá, com barbatimão, mais algodãozinho do campo, mais não sei o quê pra caspa, uma indústria de farmacêutica ou cosmética não pode ir lá e pegar essa receita dela, patentear, explorar economicamente sem seguir a lei, que é perguntar pra ela se pode, quanto que ela quer em troca, tarara, tarara. Então, a gente entrou nesse projeto da Pacari por conta disso, de como a gente consegue uma vez que eles estão registrando, eles estão potencializando muito a possibilidade de alguém se apropriar de uma maneira monopolística desse conhecimento. Porque eles vão colocar tudo numa publicação. Então, de que maneira a gente consegue proteger esse conhecimento. E aí o trabalho deles é muito bonito porque eles fazem um trabalho de construção disso, eu não chego lá e falo “oh, a solução é essa”, mesmo porque a gente não tem a solução, nenhum país ainda tem a solução, a solução está sendo construída com eles, com as raizeiras, com as benzedadeiras. A gente faz reunião, a gente traz o problema, conta casos que já ocorreram no Brasil e em outros países pra eles irem pensando se é bom, não é bom registrar, se eles põem todo o conhecimento ou só algum, se eles não contam exatamente onde ocorre a planta, a dose, fala que vai só tal planta e tal planta, mas não conta a dose de cada. Então, a gente entrou meio por conta disso, de mostrar que tem uma lei, essa lei privilegia eles, protege um direito deles, pra eles poderem exercer, como eu falei, a cidadania plena, né?

P/1 - Bom, no início dessa semana foi aprovado um projeto de lei sobre a gestão de florestas por empresas privadas. Você acha que, assim ao seu ver, você acha que há uma garantia que esse patrimônio, mesmo esse patrimônio cultural, possa ser preservado, possa ser respeitado por essas empresas que vão tomar conta de um pedaço da Amazônia? Qual que é a sua visão sobre isso?

R - Bom, na verdade esse projeto de lei trata só dos recursos madeireiros. Então, as empresas que tiverem a concessão não poderiam, não podem explorar recursos não madeireiros que seriam exatamente esses que a gente tá falando: pegar um extrato de folha, fazer um xarope, alguma coisa assim. E as áreas que seriam concedidas não poderiam ter nenhuma comunidade local, tradicional dentro. Então, a idéia é que esse projeto, na verdade agora essa lei, não dificulte a proteção do conhecimento tradicional nem a proteção dos recursos genéticos brasileiros, porque a gente justamente tentou tratar isso numa outra legislação que está sendo finalizada a discussão na Casa Civil agora e deve ir para o Congresso antes da COP-VIII, a gente tentou separar porque realmente é muito mais complexo a discussão do conhecimento tradicional do recurso genético do que exploração de madeira, né? (risos) Que é difícil, tarara, mas enfim é grande, recurso genético é muito pequenininho e conhecimento tradicional é totalmente imaterial, né?

P/1 - Tá. Além desse projeto, dessa Rede Pacari, teve outros onde você teve envolvimento com comunidades tradicionais que tem te marcado e falar um pouquinho desse projeto?

R - Então, por conta da Pacari, desse nosso envolvimento com a Pacari, a gente percebeu que a gente no Ministério do Meio Ambiente, esse departamento que eu trabalho, não adiantava só a gente ficar tentando implementar a lei e tentando enquadrar quem não tava seguindo a lei, que realmente precisava dar pras pessoas cuja, pras pessoas que têm direitos que devem ser resguardados por essa lei, o conhecimento da existência dessa lei, porque não tem como fiscalizar isso no país, nunca vai ter um fiscal do IBAMA a cada esquina, a cada curva de rio. Então, a gente montou um projeto interno no Ministério, que é fazendo oficinas de qualificação com comunidades tradicionais. Então, a gente veio no Vale do Ribeira com um trabalho com os quilombolas, depois a gente foi lá pro Marajó, agora já tem uma outra ida pro Marajó porque o pessoal lá, as mulheres marajoaras que trabalham com ervas também, com plantas medicinais pediram pra gente ir pra lá. Aí tem o pessoal no Acre, que é uma ONG que tá organizando, que é a Amazonlink que nos chamou. Então, vai meio de boca em boca, porque fala assim: “ah, chama o pessoal lá do Ministério e tal” aí as comunidades se reúnem. Na verdade é assim sem recurso nenhum, é um projeto quase informal, porque é assim: as pessoas se reúnem e o Ministério banca a ida nossa, paga a passagem, a nossa diária e as próprias comunidades se organizam, compram comida, a gente vai pra um lugar fica dois, três dias, e a gente, a metodologia que a gente tá usando, muito pelo que a gente aprendeu com a Pacari, não é nada de aula, entendeu? A gente não chega pra dar aula, e aí a gente tem uma pessoa muito interessante que tá nos ajudando que é formada informalmente nas técnicas do Boal do Teatro Fórum, então, a gente chega e representa uma peça, e nessa peça o focalizador lá vai mostrando: “o que vocês acham? Tem o oprimido, não tem o oprimido? Quem é o oprimido, quem é o opressor? Como que a gente resolve?” Porque a gente não leva e fala: “a solução tá aqui!”. Porque inclusive a legislação atual é uma Medida Provisória e portanto é legal a gente conhecer quais são as soluções que eles estão pensando pra gente poder melhorar e ter uma lei de fato. Essa técnica tá sendo, eu nunca tinha trabalhado com isso, tá sendo super interessante o pessoal adora, adora, e surgem questões que a gente nunca imagina. Então teve, a última vez que a gente fez, foi Montes Claros lá em Minas, surgiu uma questão de gênero porque a gente tinha, na nossa peça, bastante gente e tinha um casal que era um casal de comunidade tradicional, eu era o homem e tinha uma colega minha que era mulher, e eu fiz um homem muito bravo e muito machista e eu mandava ela voltar e falava assim pra ela: “não, você tem que vender o seu chá sim pra empresa, vende logo esse chá, nós estamos precisando de dinheiro, não sei o quê...” E aí eles não... As comunidades estavam assistindo, que depois começam a substituir a gente troca o pessoal da comunidade vem fazer o personagem, queriam bater em mim e não por conta de vender ou não vender, o assunto desviou, o assunto era porque o homem tava repressor demais e aí então foi muito engraçado porque a gente não tava muito preparado pra discutir a questão de gênero mas, enfim, se discutiu um monte a questão de gênero, foi bem legal assim. Então, começa a surgir um monte de assunto e o envolvimento é muito interessante.

P/1 - E você sente, assim, em termos de resultados que vocês, que as pessoas a partir dessas ações, dessas intervenções, começam a entender o valor disso?

R - Ah, começa. Começa e tem várias comunidades que inclusive fizeram umas coisas bem interessantes, iniciativa total deles. Teve também uma comunidade no Marajó que fez um protocolo, não é protocolo, mas enfim, uma combinação que eles chamam, uma regra pra o pesquisador que vai lá. Então, qualquer pesquisador que vá pra essa comunidade agora tem que seguir umas regras, que eles que inventaram esse negócio de por regras e eles que inventaram as regras, o pesquisador pra perguntar se pode ir tem que falar com uma determinada pessoa, não pode só falar com qualquer um e tem que fazer uma reunião – não sei de que jeito – e eles que foram elaborando tudo isso, e eu acho que isso exatamente mostra como eles captaram a mensagem de que aquele conhecimento deles tem valor, a biodiversidade que eles manejam também tem valor e aí é opção deles se esse valor vai ser monetarizado ou não, né? Porque tem muita comunidade que acha isso um ultraje, tem muita comunidade que é contra a Convenção da Biodiversidade porque entende que a Convenção trouxe a biodiversidade pro mundo capitalista, entendeu? Porque permite que você venda, é assim que eles interpretam, que você venda recurso, que você venda reconhecimento e que isso é tudo impensável, “não dá pra vender o meu conhecimento, não dá pra vender a planta que eu tenho”, entendeu? Não tem, não tem como pagar, não tem como valorizar, dar valor monetário. E o que eles querem é conservar aquilo, então, eles conseguem fazer o link que a Convenção fez que é usar, mas conservar sem passar pelo monetário, né? Eles falam: “eu não quero dinheiro, eu quero que você garanta essa floresta em pé, nós não temos o título de propriedade, então compra”. Quer dizer, é óbvio que passa pelo dinheiro, mas eles não querem um cheque pra... Porque todo mundo fala: “ah, você vai fazer isso com um índio, você vai fazer isso com não sei o quê, eles vão beber o dinheiro!” Não são todos assim, tem muitos que falam “não, a gente não quer nem ver a cor do dinheiro, a gente quer ter o título de propriedade pra ter certeza que essa mata vai tá aqui pros nossos filhos, pros nossos netos”. Tá bem interessante, assim.

P/1 - E isso quando você fala “eles” a gente tá falando...

R - De várias.

P/1 - ...de mais velhos, das mais jovens?

R - É tudo misturada, tudo misturada. Inclusive esse trabalho da Pacari você tem velhinha, normalmente as benzedadeiras são muito idosas, várias que eu conheci já morreram, são um pessoal de 90 anos, mas você tem meninas novas, assim, de 14, de 15 que são netas, filhas de benzedadeiras, vai passando de geração pra geração. E mesmo em Belém, lá no pessoal do VeR -o-Peso, você tem as cheirosas lá do VeR -o-Peso que são as mulheres que vendem “cheiro do Pará” e tal, que são pessoas muito mais velhas, mas tem os filhos, a gente conheceu os rapazes. Mesmo aqui no Vale do Ribeiro também conheci os rapazes dos quilombos, os quilombolas super atuantes, é a moçada, assim, 17, 20 anos. Então, tem gente de todas as idades, tem homens, tem mulheres, várias gerações, não dá pra dizer assim são os mais velhos, todo mundo.

P/1 - Quer dizer então, você leva, vocês levam, ou enfim, a equipe leva os conceitos da Convenção que muitos deles, muitos aceitam ou não, né?

R - É. Inclusive questionam.

P/1 - Questionam?

R - O que é bem... Às vezes a gente tem, tem um pessoal que fica super bravo, como a gente, como você não vai pra dar uma matéria pronta, coisas surpreendentes acontecem o tempo inteiro, do mesmo jeito que acontece a coisa do gênero que surgiu, teve uma quilombola lá que levantou e fez um discurso que eu falei “ai, meu Deus eu vou apanhar!” Porque, enfim, aquela história que você tá levando esse assunto, mas eles estão sendo desapropriados, eles estão sendo expulsos, alguém tinha atirado em não sei quem, entendeu? E cadê a fiscalização, cadê a polícia florestal, porque o governo raramente chega nessas populações, aí quando chega alguém do governo você tem que dar no mínimo umas três horas pra ouvir os desabaços de todas as áreas. E aí eu sei, é difícil, imagina, o pessoal tá no meio do mato, dias até chegar numa cidadezinha, aí chega alguém “ah, chegou alguém de Brasília!” O que você acha? O pessoal vai pedir tudo. Eu lembro de uma freirinha no Goiás Velho, nesse encontro das benzedadeiras veio uma freira da Pastoral da Saúde falar pra mim: “olha, você manda um recado pro Lula? Porque o Lula quando entrou ele prometeu isso, prometeu aquilo e o Cerrado tá acabando, não sei o quê, não sei o quê”. Aí eu olhei pra ela e falei: “a senhora é freira, não é?” “Sou” “Então, eu acho que é melhor a senhora mandar esse recado pro Lula via o Frei Beto”, que ainda tava no governo, porque eu falei: “eu fico longe do Lula, não é só porque eu tô em Brasília que eu consigo passar um recado pro Lula, se eu conseguisse eu tinha já até passado o meu recado”. E aí ela falou: “ah, boa idéia, vou passar pro Frei Beto!” (risos) Então, as pessoas não têm muita noção e até o pessoal da Pacari pediu pra gente, agora a gente tá fazendo isso, fazer uma aula de OSPB, lembra? Eu tenho feito isso, mostrar o organograma do governo, as pessoas não têm muita noção, e mostrar em qual caixinha que eu tô, quantas caixas tem entre a caixinha que eu tô e o Presidente da República, ou a Ministra, e que eu tô no Ministério, mas têm outros, e que cada Ministério tem, trata de um tema, trata esse tema de uma maneira, né? Então, essa coisa também ninguém conhece é impressionante.

P/1 - E o registro desse conhecimento, porque você diz que eles valorizam dão muito valor, a planta, ao ritual, enfim, a como fazer. Existe algum registro desse conhecimento?

R - Normalmente não, normalmente é só oral, passa de um pra outro e é o modo de fazer que um vai vendo, e agora tá tendo um movimento grande de registro. Então, tem um trabalho que o IPHAN, do Ministério da Cultura, tem feito, que é o registro de bens... Inventário e Registro de Bens Imateriais, que é um trabalho bem bonito e a gente acabou de fazer um termo de cooperação com eles, porque a gente tem que trabalhar em conjunto, porque a hora que você registra e disponibiliza isso num banco de dados, por exemplo, por um lado é legal que você realmente tá preservando de alguma maneira esse conhecimento, por outro lado você disponibiliza ele com mais facilidade, né? Porque uma coisa é alguém ter

que ir lá na comunidade no meio do mata pegar essa informação e ter que conversar, tarara, outra coisa é via internet, eu no meu escritório, entrar num banco de dados do governo e falar: “olha, as raizeiras acham, encontram essa planta pra tal coisa”. Então, agora a gente tá trabalhando junto, justamente pra afinar as políticas, né? Mas o registro é importante e tá cada vez mais importante isso no mundo todo. A Índia fez uma biblioteca digital de conhecimentos tradicionais super interessante, o Canadá fez, o Peru tá fazendo e a gente tá pensando como que a gente vai fazer isso pra não ter perigo de a gente tá passando por cima dos direitos das comunidades.

P/1 - Essas comunidades são constantemente abordadas? Os pesquisadores vão lá? Como se dá isso? Até porque vocês, eles criaram essas regras, voltando um pouquinho...

R - Tem, pelo que a gente... eu sempre achei que eram abordadas, mas nunca imaginei que eram tão abordadas, cada vez que você vai e a nossa pecinha de teatro... a gente sempre achou que era muito exagerada e a gente fala: “estamos exagerando muito o pesquisador aqui, o pesquisador tá muito do mal, o pesquisador tá muito pressionando.” “Não, tá pouco!” Então assim, tem pesquisadores que são muito amigos das comunidades, ganham muita confiança das comunidades, trabalham com elas há muito tempo e que aí é bem tranquilo, eles têm uma relação muito boa. Tem pesquisadores que não tão muito aí com as comunidades, que não acham tão importante assim ter uma relação de confiança, e aí tem muitas comunidades que estão ressentidas com os pesquisadores. E tem pesquisadores de empresas que tem o perfil um pouco diferente dos pesquisadores de academia, também é que aí tem tempo, empresa trabalha contra o tempo, e justamente esse tempo pra ganhar confiança, tal, fica muito prejudicado. Então, tem muitas comunidades que estão com um pouco de pé atrás. Agora, o assédio tem aumentado bastante, as empresas e os pesquisadores falam que não por conta das regras mas quando você vai pro campo, sempre tem uma história nova de alguém que chegou lá perguntando alguma coisa, levando alguma coisa.

P/1 - E que acabam registrando isso.

R - É acabam pesquisando. É que muitas pesquisas não dão em nada. Não são muitas pesquisas que chegam a ter um produto farmacêutico grande e tal, mas tem umas que dão. E de qualquer modo, é isso o que eu tava falando pra eles, não é só uma questão de “ah, tem que repartir os benefícios e gerar um produto”, pra eles é um desrespeito para a cultura de você ter chegado lá e falado que não ia levar nada e levar escondido dentro do bolso, de você falar que ia voltar pra contar o que aconteceu e não voltar. Então a gente, eu brinco muito... Porque a gente faz isso com os pesquisadores também, não vou só falar com as comunidades, a gente vai muito pras universidades e tal pra explicar pros pesquisadores que agora teria que fazer isso, que eles tem que mudar o jeito de fazer a pesquisa. E aí eu brinco com eles, eu falo: “não adianta, quando a gente fala que tem que pedir o consentimento das comunidades não quer dizer que você tem que ir lá e falar ‘olha, eu vou fazer uma pesquisa sobre o mecanismo das crassuláceas, do metabolismo ácido das crassuláceas’, a comunidade vai ficar olhando pra vocês e dizer ‘aham, o que quer dizer isso’”. Porque é assim que o biólogo, né, e não só o biólogo mas assim, até os antropólogos, tem muita gente que chega lá com salto alto e acha que “eu não vou conseguir explicar pra comunidade o que eu tô fazendo porque eu fiz universidade e eles não”. Então, é um trabalho interno do pesquisador de conseguir traduzir o trabalho pra comunidade, que impacto que vai ter, o que que a comunidade vai ter que fazer se é que vai ter que fazer alguma coisa.

P/1 - Tá. E quais, pessoalmente, particularmente, você acha que são os maiores desafios atualmente do Brasil, no sentido do uso e da acessibilidade a esses recursos genéticos, pro futuro. Garantir que isso fique aqui que, enfim, cada vez mais isso não é levado, né? Como você acha que, enfim, como é que você tá prevendo esse maior desafio do Brasil no futuro próximo mesmo?

R - Esse desafio tem várias facetas. Eu acho que uma faceta é a gente entender que não dá pra gente por uma redoma de vidro e impedir que os recursos parem de ir, eles vão e vem do mesmo jeito que nós dependemos de muito recurso de fora também, né? Então, os alimentos que a gente, a nossa base alimentar a maior parte dela, não é nativa do país, a gente depende de biodiversidade de outros países. Então, essa troca de recursos vai continuar existindo, a gente tem é que ter uma regra que garanta uma justiça nessa relação, e é isso que tá em questão agora na próxima COP-VIII, é essa questão do regime internacional de acesso e repartição de benefícios com relação aos recursos genéticos, e eu acho que o desafio do Brasil e dos outros países mega diversos é conseguir que a gente tenha uma negociação não muito demorada, porque normalmente esses regimes internacionais demoram muito tempo e a gente não tem muito tempo. Eu acho que, assim, a taxa de extinção das espécies tá crescendo, a gente sabe que a gente ainda tá perdendo biodiversidade, então, a gente tinha que conseguir negociar esse regime num prazo razoavelmente curto. Outra questão que eu acho que é um desafio, é que também vários desses recursos são compartilhados, então, a gente não, sempre esquece que tem fronteira com a França, a gente fala: “ah, a gente só tem fronteira com país economicamente desenvolvido parecido com a gente, não tem um país super rico perto da gente”. Tem, tem a França, a nossa Amazônia faz fronteira com a Amazônia francesa ali, na Guiana. Então, a gente tinha que fazer alguns tratados regionais porque não adianta você fazer uma regra super rigorosa aqui no Brasil e o pessoal atravessa a fronteira e pega lá, e o conhecimento tradicional que tá aqui com os Yanomamis, que tão no território brasileiro, também tá lá com os Yanomamis que tão no território da Venezuela. A gente tem que aprender a trabalhar um pouco, assim, além das fronteiras, acho que esse é o desafio. E saber que a gente precisa conhecer a biodiversidade, isso é uma coisa que também a gente esquece de falar, porque a gente fica pensando só em regras, regras, regras pra acesso tal, mas a gente não pode por regras que impeçam a pesquisa, porque se a gente não conhecer a biodiversidade, a gente não vai saber como protegê-la, como conservá-la. Então, esse é um grande desafio: como que você coloca algum tipo de controle que não dificulte tanto a pesquisa, que desanime os pesquisadores, que isso aconteceu aqui no Brasil no começo, agora tá um pouco melhor mas a lei atual ainda é uma lei que onera muito pro pesquisador conseguir uma autorização e fazer a pesquisa deles.

P/1 - E pra você, em especial, qual a relação entre política e meio ambiente?

R - Acho que a relação é da... A política tem, ela tem que dar as diretrizes pra sociedade de como que isso vai se dar, o que que a sociedade brasileira quer, né? Então, a política tem que dar essa diretriz. Agora a dificuldade, e isso eu aprendi indo pra Brasília, que a gente aqui de São Paulo não tem essa idéia tão evidente, é que a política é multifacetada mesmo. Cada Ministério tem um olhar sobre a questão e transformar isso numa política pública pro meio ambiente acho que isso não vai... Não é assim, acho que são várias políticas, é aí um equilíbrio de forças é uma

negociação grande entre todas as áreas, entre todos esses olhares pra você conseguir focar pra um interesse público. Acho que o que a gente não pode perder o foco é o interesse público. A gente tá defendendo o interesse da sociedade como um todo. Acho que isso que falta às vezes, nas reuniões que eu vou, tenho vontade de gritar: “atenção, estamos todos do mesmo lado defendendo o interesse público!” sabe? Acho que é isso que falta.

P/1 - E você acha, avalia que de uma forma geral, a humanidade tem se preocupado em entender e cuidar dessa questão ambiental, cuidar do seu meio ambiente, cuidar do seu país, do seu planeta? Como que você, na sua experiência, tem sentido isso?

R - Eu acho que varia pra caramba, eu acho que varia muito. Os países europeus, acho que sim. Acho que os países da América Latina alguns. Acho que os países africanos “tão” passando por situações muito mais difíceis que tá difícil de fazer a relação AIDS/meio ambiente. Porque existe essa relação, mas a situação é tão complicada na questão da sobrevivência, que essa coisa da defesa do meio ambiente fica meio secundária quando você tem a defesa da vida do meu filho nos próximos cinco minutos, né? Então, não sei te dizer em termos assim da humanidade. Acho que essa questão do meio ambiente ainda depende muito de você ter garantido a sobrevivência, pra você poder olhar pro entorno, porque enquanto você tá com a barriga doendo, passando mal de doença, de doente, porque você tá doente, ali tá morrendo, o teu filho tá morrendo, eu tenho a impressão, pelo que eu conheço, que você olha ali do lado e “tudo bem, o rio tá sujo, mas o rio tá sujo e meu filho vai morrer daqui cinco minutos porque eu não tenho leite pra dar”. Então, essa questão ambiental acho que fica muito no campo relativo, depende de qual nível de sobrevivência que a comunidade já chegou, que o país já chegou.

P/1 - Tá. Bom, pra gente começar a encerrar, Cristina, queria falar, voltando um pouquinho a falar de você. Você é casada?

R - Sou casada há 21 anos quase. Tenho um filho de 9 anos.

P/1 - Eu ia perguntar o que o teu filho fazia, mas... (risos)

R - (risos) Ele ainda é estudante.

P/1 - É estudante. Tá. E ao longo dessa sua carreira quais foram as principais lições que você tirou?

R - (pausa) Difícil essa pergunta. Eu acho que a lição maior – que eu não sei, é o que me vem na cabeça agora quando você perguntou, mas não sei fazer a relação com a biodiversidade, aliás acho que até sei fazer – é a solidariedade. Acho que a questão de humildade e solidariedade. Toda vez que você chega ou você vê alguém chegar achando que conhece muito, que sabe muito, que vai dar informações ou passar informações pra quem não sabe nada, “coitadinho que tá lá”, você vê que a pessoa na verdade é um coitado que não tá aberto pra ouvir do outro, entendeu? E que a gente não consegue nada sozinho também, nada sozinho eu digo: o governo não consegue nada sozinho também, as comunidades tradicionais não vão conseguir nada sozinhas, então, a gente tem que aprender a ser solidário mesmo, todos os setores da sociedade trabalhar mais junto, porque tem muita disputa, é óbvio, é assim que funciona, mas de vez em quando a gente tinha que baixar mais as armas, ONGs, governo e tal pra trabalhar mais junto e ser mais humilde, isso tá faltando: humildade.

P/1 - Alguma pergunta, César, queria completar?

P/2 - Nós falamos tanto em quais eram os desafios da Convenção em relação a esse tema, talvez agora, quais são as grandes vitórias já obtidas com toda essa questão que envolve esse tema?

R - Acho que uma grande vitória que ainda é um desafio, mas a gente já andou um passo bom, é a questão da representação desses povos, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais nas reuniões da ONU, sobre a Convenção da Biodiversidade. Então, teve duas reuniões agora em Granada, na Espanha, preparatórias para a COP-VIII, onde o Fórum Internacional Indígena pra Biodiversidade tava muito forte, talvez não tão forte quanto ele ainda vai estar, mas foi bem interessante ver esse Fórum se posicionando e defendendo os seus interesses e os direitos das comunidades. E por outro lado, também foi super interessante porque o Ministério do Meio Ambiente conseguiu mandar várias pessoas daqui do Brasil. Foram, pela primeira vez, representantes de comunidade tradicional (não-indígena) e representante de quilombola. E aí aconteceu uma coisa super interessante, que foi as comunidades brasileiras locais questionarem dentro do Fórum Indígena se elas estavam sendo representadas adequadamente, porque aí você tem uma questão de ser indígena ou não-indígena, né? E aí foi legal, porque deu uma chacoalhada e deu uma fortalecida. Porque você viu que também, nossa! O Brasil além de ser biodiverso, ele é sócio-diverso, então, a gente tem que abrir espaço não só para os povos indígenas, mas pras comunidades locais, pras comunidades quilombolas, cada um com uma realidade diferente, cada um com um histórico diferente. Acho que foi um avanço bom de a gente conseguir abrir esse espaço, mas ainda é um desafio pra consolidar esse espaço, um grande desafio. Mas a gente tem gente muito boa, vocês vão ver na COP-VIII muitos líderes interessantes surgindo aqui no Brasil.

P/1 - Só antes de encerrar. Tem algum projeto em especial de... A gente falou muito na questão de, desse projeto de memória tá servindo pra os jovens porque a gente sabe que a maioria dos projetos que surgiram nos anos, fins dos anos 1970 foram de uma motivação juvenil, foi a iniciativa de uma moçada que saiu à luta. Então, a gente gostaria muito de deixar um registro de o que fazer, como fazer, né? Quer dizer, acreditar nisso, acreditar nesses projetos, que eles podem virar uma grande coisa em benefício da sociedade, da humanidade como o Truda mesmo contou pra gente, que Fernando de Noronha, antes de virar uma área de preservação, surgiu no sofá da casa dele. Então queria, se você se lembra de algum projeto com essa motivação, que esteja em curso, que você conheça, e de deixar algum recado nesse sentido, de: “vamos acreditar no futuro”.

R - Ah, um projeto em curso, além desses que eu mencionei, acho que o projeto da Pacari é um projeto que deve ter surgido no sofá da casa de alguém que é, quem coordena é o pessoal lá da região mesmo. Acho que eles devem, com base na realidade que as raízeiras deveriam estar tendo, sendo presas e tal, deve ter surgido isso. Então, isso na realidade surge o tempo inteiro, né? E eu acho que o recado é prestar atenção

nesse tipo de conversa e prestar atenção quando a gente... Conhecer melhor o Brasil, não ir de ônibus só com a escola conhecer o Brasil. Acho que é conhecer o Brasil mesmo, olhando em volta, conversando com as pessoas da região, entender o que que se passa, que aí surgem as idéias. Idéias não faltam. Falta é contato com a realidade, acho que é isso.

P/1 - Legal Cristina, então, pra encerrar eu queria saber o que você achou de ter participado desse projeto de memória, enfim, o que você...

R - Eu gostei, eu gostei. Isso foi um trabalho interessante, inclusive individual, de a gente retomar a história da gente, acho que é uma boa terapia até. (risos) Eu agradeço, uma terapia não paga, né? (risos) Mas foi legal.

P/1 - Que bom! Obrigada você.

R - Obrigada.

P/1 - Muito bacana o seu depoimento. Só um minutinho que ele vai tirar o seu microfone.